

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
RESENHA
BOLSISTA: RAPHAEL GUILHERME SANTORIO SILVA

REFERÊNCIA

DA SILVA, Luiz Eduardo Ferreira; DE OLIVEIRA PINHEIRO, Mariza; DA SILVA FRAGOSO, Ilza. *Dentro ou fora da memória? O arquivista da memória e a capacidade antidota do fazer lembrar*. João Pessoa: RACIn, v. 8, n. 1, p. 099-110, jan./jun. 2020.

O artigo busca analisar a complexa relação do arquivista com o conceito de memória, enfatizando a necessidade de compreensão, por parte deste profissional, das várias recepções constituídas em torno do conceito nos vários campos disciplinares das humanidades. Através de uma metodologia qualitativa, que prioriza o diálogo com os vários campos de conhecimento que se debruçam sobre a questão da memória, os autores buscam, a partir da visão da arquivologia, traçar um panorama do conceito e ressaltar como seu entendimento pode potencializar o exercício da arquivologia na contemporaneidade.

Segundo os autores, o campo da arquivologia — fundado no século XIX, baseado em um modelo epistemológico patrimonialista, historicista, custodial e tecnicista —, sofreu profundas alterações ao longo do século XX, que o levou o direcionamento de sua função a um aspecto cultural e pedagógico, o que favoreceu a concepção dos arquivos enquanto algo democrático e universalista, com foco na eficiência de sua operacionalização e na sua possibilidade de impulsionamento do acesso a todos os cidadãos. No âmbito desta transformação, o papel do arquivista também se modificou, pois deixou de ser estático e adquiriu uma dinamicidade e vivacidade jamais vistas pela profissão. O arquivista passou a assumir um papel ativo na construção da memória social, pois se despiu na condição de mero guardião da memória e passou a assumir um papel autorreflexivo, de recuperador do contexto de produção dos documentos arquivísticos e das relações sociais imbricadas na sua produção.

No panorama contemporâneo, o arquivista é alçado à condição de protagonismo, o que os autores denominam como “arquivistas da memória”. Ao compreender os arquivos enquanto lugares de memória, conceito este formulado por Pierre Nora, os autores argumentam que os documentos, presentes em tais instituições, não são propriamente a memória, mas sim suportes de informação nos quais estão contidos referenciais de memória. Tais referenciais revelam o passado de sua produção e as suas relações sociais contidas em sua produção — produção essa que pode ser pública ou privada, familiar ou pessoal.

Os arquivos não são meros repositórios, mas sim mantenedores e promotores das informações sob sua custódia. Deixam, ainda, de ser apenas locais voltados para guarda de documentos. Passam a ser locais responsáveis pela preservação da memória e promoção do acesso dos cidadãos aos referenciais de memória contidos nos documentos. O arquivista, portanto, se torna um intérprete e um mediador entre os documentos — nos quais estão contidos os referenciais de memória — e a sociedade.

As instituições arquivísticas são lugares que possibilitam a recuperação da memória presentes nos registros documentais. A função social do arquivo se encontra na sua capacidade de potencializar a emergência social e as garantias fundamentais, que residem no direito de provar, lembrar e conhecer a produção de um contexto social. São fontes do passado, do presente, mas também do futuro.

Ao discutir o conceito de memória na Arquivologia, os autores são extremamente felizes, mesmo que de forma incipiente, em definir o papel do arquivista assim como o das instituições arquivísticas frente aos desafios que se impõem na contemporaneidade. Abordar a questão da função social dos arquivos é um dever político, que toda sociedade que se reconhece enquanto democrática precisa enfrentar. Os arquivos são lugares de memória e, enquanto tal, são garantias dos direitos fundamentais de todos os cidadãos.